



## QUINTAIS AGROFLORESTAIS AMAZÔNICOS: O PROTAGONISMO DAS MULHERES QUILOMBOLAS NO BAIXO TOCANTINS, PA

*Quilombola women and agroforestry yards: the role of women in Baixo Tocantins, PA*

Odenira Corrêa Dias<sup>1</sup>  
Marcelo Rodrigues Lopes<sup>2</sup>  
Amália Aguiar<sup>3</sup>  
Monique Medeiros<sup>4</sup>  
Andréia Tecchio<sup>5</sup>

### RESUMO

Esse artigo apresenta uma caracterização de quintais agroflorestais da comunidade quilombola de Porto Alegre, no Território do Baixo Tocantins, Pará, na qual destaca-se a relevância do trabalho feminino na condução desses espaços. A construção dos dados que embasam as análises se pautou em pesquisa bibliográfica, observação participante e entrevistas semiestruturadas. O uso do diário de campo e o registro fotográfico complementaram esses instrumentais. Foram envolvidas nessa pesquisa, realizada entre os anos de 2019 e 2020, 20 mulheres quilombolas. Os principais resultados apontam que esses quintais diversos, compreendidos como um tipo específico de Sistema Agroflorestal, abarcam distintas espécies vegetais e, por vezes, também animais, contribuindo significativamente com a nutrição saudável das mulheres da comunidade de Porto Alegre, de seus familiares e, quando chegam aos mercados da cidade de Cametá, até mesmo dos consumidores do contexto urbano. Ademais,

<sup>1</sup> Graduanda em Agronomia na Universidade Federal do Pará/Cametá. <nira182017@gmail.com>.

<sup>2</sup> Graduando em Agronomia na Universidade Federal do Pará/Cametá. <marceloagro016@gmail.com>.

<sup>3</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <agr.aguiar@gmail.com>.

<sup>4</sup> Professora adjunta no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares/ Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará. <mmedeiros@ufpa.br>.

<sup>5</sup> Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina. <deiatecchio@yahoo.com.br>.

esses espaços apresentam-se como instrumentos importantes à consolidação de autonomia e empoderamento feminino.

**Palavras-chave:** Quintais produtivos; Sistemas Agroflorestais; Comunidade Quilombola de Porto Alegre; Amazônia.

## ABSTRACT

This article presents a characterization of agroforestry home gardens in the Quilombola community of Porto Alegre, in the Territory of Baixo Tocantins, Pará, which highlights the relevance of women's work in the management of these spaces. Data for these analyses were based on bibliographic research, participant observation and semi-structured interviews. The use of field diaries and the photographic registers complemented these methods. Twenty quilombola women were involved in research carried out between 2019 and 2020. Main results indicate that diverse home gardens, conceived as a specific type of agroforestry system, are spaces where different plant species and, sometimes, also animal are cultivated and produced, contributing to the nutrition of women and their families in the Porto Alegre community and even to urban consumers when they reach the Cametá market. Additionally, these spaces are presented as important tools for consolidating autonomy and female empowerment.

**Keywords:** Diversity; invisibility; agroecology; Quilombola community of Porto Alegre, Cametá.

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, em meados da década de 1980, em decorrência das produções de pesquisadoras feministas acerca do trabalho feminino, sobretudo em áreas rurais, os discursos de trabalhadoras rurais organizadas em movimentos e grupos sociais passaram a ser mais bem evidenciados em pesquisas etnográficas (CORDEIRO e SCOTT, 2007). Segundo esses autores, este fator impulsionou a discussão sobre a importância do

reconhecimento das mulheres rurais e de seu papel no desenvolvimento do campo.

As mulheres rurais passaram então a ganhar espaço nas problemáticas de pesquisa relacionadas a distintas temáticas, como produção de alimentos, segurança e soberania alimentar, organização social, construção social de mercados, entre outras. Entretanto, ainda que seja enfatizado por diferentes investigações que as estratégias de reprodução social, a produção destinada ao autoconsumo, a manutenção dos

agroecossistemas e o cuidado com a família acabam sendo desempenhados com dedicação intensa por parte dessas mulheres, esses trabalhos ainda são invisibilizados por grande parte da sociedade (ZANETTI e MENASCHE, 2007).

Para Bourdieu (2012), há uma dominação do gênero masculino que se fundamenta na divisão social do trabalho, restringindo as atividades e o espaço em que se encontram os dois sexos (masculino e feminino). Essa dominação, construída socialmente a partir da justificativa da diferença de corpos biológicos imersos em uma “máquina simbólica” de ordem social, influencia no comportamento das relações intrafamiliares nas comunidades rurais, imprimindo marcas profundas nos corpos femininos e reduzindo a visibilidade social e produtiva das mulheres.

Essa invisibilidade, segundo Hirata e Kergoat (2007), é resultante de uma divisão sexual do trabalho fundamentada em dois princípios: de separação, na qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; e o hierárquico a partir do qual o trabalho masculino tem maior valor do que o trabalho feminino. Isso constrói um

processo específico de legitimação e ideologia naturalista no qual o sexo biológico reduz as práticas sociais por papéis sociais.

O percentual de famílias rurais brasileiras que apresentam como chefia uma mulher aumentou de 14,6 %, em 2006, para 17,7%, em 2010 (IBGE, 2006; IBGE, 2010). Segundo Nobre et al. (2017), as mulheres rurais, em 2010, representavam 20% da força de trabalho agrícola na América Latina. No que se refere à taxa de atividade assalariada delas, o percentual relativo aumentou de 32,4%, em 1990, para 48,7%, em 2010. É preciso ressaltar que a vida dessas mulheres é marcada por uma sobrecarga de trabalho em consequência da divisão sexual do trabalho, que projeta às mulheres somente o cuidado das crianças, idosos e doentes e acaba por menosprezar seus esforços no trabalho reprodutivo, produtivo e de autoconsumo. Em especial, na agricultura, o trabalho feminino ocupa uma posição de subordinação e desqualificação simbólica à medida que é visto como uma simples “ajuda” (BRUMER, 2004), enquanto nos espaços rurais há predominância do trabalho

feminino em distintos contextos, como nos quintais agroflorestais ou produtivos.

Esses quintais apresentam-se como sistemas agroflorestais típicos das regiões tropicais, que buscam manter a provisão de serviços ecológicos concomitante à busca por um complemento de renda familiar. Estes espaços situam-se próximos às residências, tornando-se áreas de produção com presença de múltiplas espécies florestais, agrícolas, medicinais e criação de animais domésticos e para o abate (DUBOIS, 1996 citado por MIRANDA, 2011). Os quintais são sistemas tradicionais de uso da terra que apresentam alta diversidade de plantas e que podem fornecer as famílias tanto alimentos e venda pelos excedentes como também futuros bancos de germoplasma, promovendo a sustentabilidade do sistema a longo prazo (TORQUEBIAU, 1992 citado BRITO e COELHO, 2000).

No contexto amazônico do Território do Baixo Tocantins, Pará, recorte geográfico do estudo apresentado neste artigo, é comum encontrar esses quintais agroflorestais como prolongamentos dos espaços domésticos, nos quais - e por meio dos quais - as mulheres executam

comumente suas tomadas de decisões, experimentações e cuidado com a família. De acordo com Winklerprins (2005), os quintais, além de assumirem valores múltiplos diante dos benefícios que podem gerar para a família e para a agrobiodiversidade, são meios de propagação de conhecimento e base para o autoconsumo alimentar e farmacológico, devido às diversas espécies cultivadas pelas mulheres. Além disso, podem servir como espaço de lazer familiar.

Os quintais produtivos são espaços de resistência feminina à medida que se tornam lugares de protagonismo e provedores de renda familiar. Para Kumar e Nair (2004), a preferência pela combinação das espécies reflete uma particularidade advinda das condições socioculturais repassadas por vizinhos, parentes e pela própria família. Em conformidade, Miranda (2011) afirma que os quintais podem apresentar diferentes modelos de implantação em decorrência dos objetivos, necessidades e estratégias das famílias voltadas para a subsistência, comercialização e preservação ambiental.

A manutenção dos quintais agroflorestais se faz pelo corpo familiar,

porém a implantação e o manejo são feitos predominantemente pelas mulheres que conduzem as atividades desde a tomada de decisões até a execução das práticas (ROSA et al., 2007). São elas que promovem a segurança alimentar da família e da comunidade em decorrência do contínuo manejo e de um vínculo profundo e complexo com os quintais. Segundo Amaral (2014), o trabalho das mulheres nos quintais garante não somente uma renda complementar ou segurança alimentar, mas também fortalece os vínculos familiares e mantém a unidade e reprodução familiar. Há, portanto, uma forma de cuidado que gera uma união entre os membros da família e do entorno. O quintal torna-se local de aprendizado para as gerações presentes e futuras, bem como para a valorização dos recursos naturais. E segundo a autora, esses espaços produtivos representam também espaços de vivência, de construção e de saber.

Segundo Butto et al (2014), as mulheres rurais da região nordeste concentram suas atividades nos quintais

produtivos, pois a terra é um espaço acessível que possibilita a conciliar o trabalho doméstico e o cuidado produtivo. Dessa maneira, as mulheres demonstram suas capacidades de resiliência frente a uma realidade limitada pela sociedade patriarcal. Vale destacar que, para os povos e comunidades tradicionais do Território do Baixo Tocantins, especialmente as comunidades quilombolas<sup>6</sup>, como a de Porto Alegre, que ganha destaque nesse artigo, os quintais, edificados majoritariamente pelas mãos femininas, garantem a conservação da biodiversidade, a segurança e soberania alimentar, bem como a construção da autonomia econômica e a participação nas políticas territoriais, corroborando as reflexões em torno dessa temática de Hora e Butto (2014).

Dessa forma, refutando a invisibilização do trabalho feminino no contexto rural, esse artigo apresenta uma caracterização de quintais agroflorestais da comunidade quilombola de Porto Alegre, no Território do Baixo Tocantins,

---

<sup>6</sup> A partir da Constituição de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT foi reconhecido aos remanescentes das

comunidades de quilombos o direito de títulos de propriedade definitiva ao seu território etno-sócio-cultural (ITERPA, 2009).

destacando a relevância do trabalho feminino na condução desses espaços. Para tanto, esse texto está estruturado em três partes, para além dessa introdução. Na primeira, aborda-se as principais escolhas metodológicas que guiaram essa investigação. Na segunda, apresenta-se a

comunidade quilombola em estudo com ênfase na visibilização do trabalho feminino e sua importância no contexto rural. Na terceira e última parte, as considerações finais evidenciam que os quintais agroflorestais possuem expressiva relevância social, cultural e histórica.

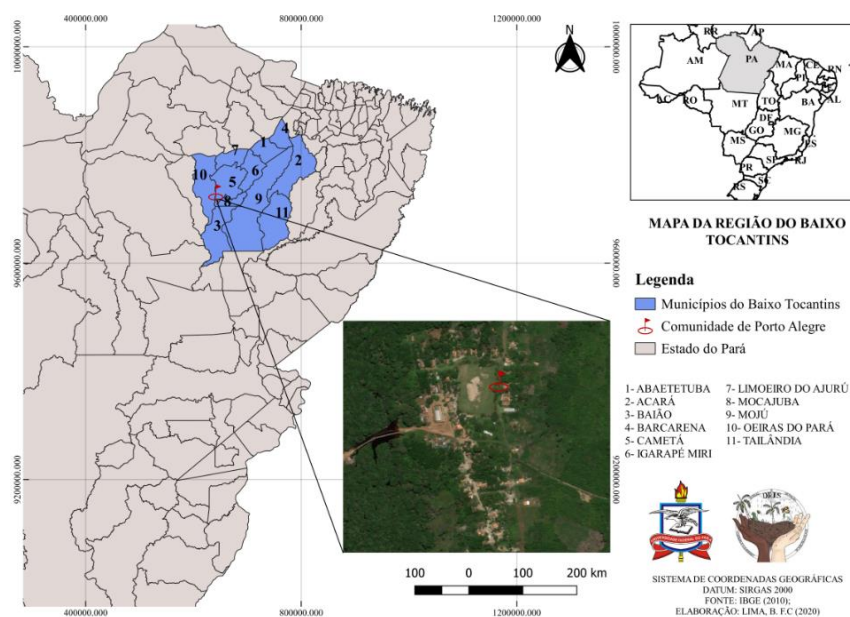
## 2. A CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO

O Território do Baixo Tocantins, localizado na Amazônia Oriental, abrange uma área de 36.024,20 km<sup>2</sup> e abarca 11 municípios: Abaetetuba; Acará; Baião; Barcarena; Cametá; Igarapé-Miri; Limoeiro do Ajuru; Mocajuba; Moju; Oeiras do Pará e Tailândia. Segundo Silva, Tavares e Copetti (2018), o Território é baseado no extrativismo do açaí e da pesca e no desmatamento para a retirada da madeira e implantação de roças de mandioca, arroz, milho e feijão. No Baixo Tocantins coexistem distintos projetos de desenvolvimento, por vezes abrangendo o

território das comunidades quilombolas, como as transformações ambientais decorrentes das mudanças na vazão do rio Tocantins, ação de indústrias madeireiras que provocam o desmatamento, bem como a presença de um polo de biocombustível e de um complexo industrial mineral (MAGALHÃES, et al., 2012).

O lócus desta pesquisa é a Comunidade Quilombola de Porto Alegre, município de Cametá, situada próximo ao quilômetro 40 da BR 422, às margens do rio Anuerá, no distrito de Juaba (Figura 1).

**Figura 1 - Localização do Território do Baixo Tocantins, com destaque para a Comunidade Quilombola de Porto Alegre.**



Fonte: IBGE (2010). Elaborado por Lima (2020).

A comunidade possui título de reconhecimento de domínio coletivo emitido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), em 2007, compreendendo o reconhecimento do território de remanescentes de quilombo. A principal fonte de renda dos moradores da comunidade é oriunda da agricultura familiar. A produção de mandioca ganha destaque como fonte de segurança alimentar e renda para distintas famílias dessa comunidade (DURÃO, 2019). Porto Alegre compreende uma área de 2.858,7

hectares (ITERPA, 2010), com uma população estimada em 400 habitantes, sendo 90 famílias distribuídas em 80 residências. Trata-se de uma dentre as 189 comunidades quilombolas do Território do Baixo Tocantins (GOMES, 2015), e sua escolha como recorte de pesquisa se deu pelas relações estabelecidas, sobretudo por meio de projetos de pesquisa e extensão, envolvendo a comunidade, a Faculdade de Agronomia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), do *Campus* de Cametá, o Instituto Amazônico de Agriculturas



Familiares, também da UFPA, e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A constituição histórica do território quilombola de Porto Alegre é um elemento importante para a compreensão das dinâmicas do cotidiano da vida das pessoas que residem ali, assim como sobre a interrelação que estas possuem com a natureza. Segundo as considerações de Pinto (2010), a comunidade de Porto Alegre surgiu no final do século XVIII, com a vinda de pessoas de comunidades vizinhas, em sua maioria negros fugidos do sistema de escravidão, que viam na mata e na distância a proteção que buscavam e necessitavam. Produziam em pequenas roças mandioca, milho e arroz, além de praticarem a caça, pesca e extrativismo, o que assegurava boa alimentação para este povo.

Ainda sobre a construção dos territórios quilombolas do Baixo Tocantins, Pinto (2013) reforça a importância das festividades religiosas para a constituição destes povoados negros rurais. Corroborando as reflexões da autora, na comunidade analisada observa-se que as

festas católicas permeiam o cotidiano do território, sendo a mais expressiva entre os quilombolas a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Porto Alegre, a qual ocorre anualmente, no mês de dezembro.

Um evento importante na história da construção do território de Porto Alegre é a formação da Associação dos Remanescentes de Quilombos de Porto Alegre (ARQUIPA), em 2006. Neste caso, reitera-se o papel da MALUNGU, uma organização sem fins lucrativos e econômicos, que representa as comunidades quilombolas do Pará, desempenhou um importante papel ao apoiar a comunidade com recursos financeiros, cursos e auxílio com a documentação necessária ao processo de formalização. Este apoio da MALUNGU foi essencial para que, a partir da ARQUIPA, a comunidade de Porto Alegre obtivesse o Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo junto ao ITERPA, em novembro de 2007.

Na comunidade de Porto Alegre, conforme mencionado na introdução, observa-se que a concepção de quintais agroflorestais é incorporada de forma a se



coadunar como uma extensão da própria casa. Na maior parte das vezes, esses quintais são caracterizados pelas próprias agricultoras como “cartão de visita”, que abrigam atividades de socialização e lazer das famílias, entre si e com as suas visitas. É onde normalmente as mulheres são encontradas realizando atividades domésticas e agrícolas, ou seja, preparando alimentos, lavando roupas, cuidando de animais, retirando frutas, ervas e temperos que são utilizados diretamente pela família e ralando mandioca para produzir a farinha, principal produto de renda na agricultura familiar quilombola do Baixo Tocantins. Este espaço também é o local de seu descanso.

Com intuito de alcançar o objetivo proposto neste artigo, as escolhas metodológicas que guiam a construção de dados relacionados a ele se deram entre fevereiro de 2019 e março de 2020 e se pautaram, inicialmente, em pesquisas bibliográficas, mobilizando-se fontes impressas (livros) e especialmente fontes eletrônicas (periódicos, artigos acadêmicos), as quais foram buscadas, principalmente, na plataforma Google Acadêmico. De forma complementar,

foram realizadas anotações de informações no diário de campo e registro fotográfico para a captação de imagens das práticas desenvolvidas nos quintais, disposição das espécies, costumes e atividades nos locais.

Também compõe o aparato metodológico desta pesquisa a observação participante, que teve por objetivo intensificar a relação e o envolvimento entre pesquisadores e a comunidade, a partir da convivência com as famílias (ANGROSINO, 2009). Nesta, foram realizadas vivências junto a agricultores familiares da comunidade para que houvesse além da construção de dados, a participação em atividades agrícolas e conversas diárias, numa imersão na realidade vivenciada pelas mesmas.

Além das metodologias apresentadas anteriormente, foram realizadas vinte entrevistas semiestruturadas com mulheres quilombolas, sendo estas com idade entre 29 anos e 100 anos. Para a definição do número de entrevistadas, optou-se pela técnica de Amostragem *Snowball* ou Bola de Neve. Como abordado na literatura, este método é utilizado tipicamente em pesquisas sociais e consiste em definir uma amostra não

probabilística. Além disso, se opta por este método quando se trata de populações pouco estudadas, neste caso, identificar previamente, encontrar ou contatar se torna mais difícil, tendo em vista que não há nenhuma lista disponível na qual constam membros desta população (VINUTO, 2014). Embora essa técnica apresente possíveis limitações, como informações repetidas ou semelhantes, ela pode ampliar

as redes pessoais de informação para outras redes de suma importância, dando pluralidade às falas e práticas.

Os dados coletados em campo foram agrupados e analisados a partir do uso de plataforma eletrônica Microsoft Excel, para que pudéssemos obter a quantificação por meio de gráficos e porcentagem das respostas das mulheres.

### 3. RELEVÂNCIA DO TRABALHO FEMININO E DOS QUINTAIS

A abrangente faixa etária contemplada pela pesquisa (entre 29 e 100 anos) possibilitou uma complementariedade das visões tanto de mulheres mais novas, quanto das mais experientes. A partir dos dados coletados em campo, observou-se que 80% das mulheres quilombolas envolvidas na pesquisa são casadas ou estão em união estável, 15% solteiras e 5% viúvas. Em comunidades rurais da região do Baixo Tocantins, é mais comum observar uma tendência a ter uma parcela maior de mulheres casadas ou convivendo em união estável, não sendo muito comum a realização de divórcios. Cerca de 80%

dessas mulheres residem na comunidade há mais de 10 anos, e são aquelas que nasceram e foram criadas na comunidade. As que residem há menos de 10 anos, geralmente vieram de outras comunidades ou vilas devido ao matrimônio. Em estudo com mulheres quilombolas de Moju Miri, no Pará, Pontes e Steward (2019), a partir dos dados coletados junto a 25 entrevistas, observaram que 52% eram casadas, 32% solteiras, 8% viúvas e 8% separadas. Das mulheres participantes do estudo citado, as que possuem filhos e são solteiras se sobressaíram e, segundo a pesquisa, a opção se deu em virtude de não quererem ser submissas aos seus esposos.

Quanto ao nível de escolaridade das mulheres entrevistadas, nove possuem pouco ou nenhum ano de estudo escolar, oito completaram o ensino fundamental ou o médio, duas possuem ensino superior completo e uma pós-graduação. Por meio das entrevistas e da observação participante, identificou-se que a pouca escolaridade se deve, principalmente, às grandes distâncias entre as casas dessas mulheres e as escolas, à necessidade de trabalhar cedo nas atividades domésticas e na roça e à falta de motivação. Dados semelhantes foram obtidos nos estudos desenvolvidos por Pontes e Steward (2019) na comunidade quilombola de Moju Miri, Pará e por Tecchio (2017) na pesquisa com populações tradicionais no Oeste de Santa Catarina.

Quanto à renda mensal das famílias, um percentual expressivo (45%) das entrevistadas possui renda familiar menor que um salário mínimo<sup>7</sup>. Todas essas mulheres são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). E ainda, dentre essas,

18% recebem, além do BF, o Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal, ou seguro defeso<sup>8</sup>. Soares (2012) aponta que a Política do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal está relacionada à legislação ambiental do País. Este seguro é um benefício no valor de um salário mínimo, pago mensalmente ao/à pescador/a artesanal no período que este/a fica proibido de exercer a atividade pesqueira, para a preservação da espécie.

Dentre as interlocutoras, 20% possuem renda familiar equivalente a um salário mínimo, que é proveniente da previdência social rural, ou do Bolsa Família, e, em um dos casos, do trabalho assalariado como professora efetiva no município. E, para 35% das entrevistadas, a renda familiar superior a um salário mínimo era proveniente de sua aposentadoria rural, somada à aposentadoria rural de seu esposo, e, em certos casos, ao auxílio doença, ou salário trabalho assalariado de outra pessoa da família, que atua como professora também no município.

---

<sup>7</sup> O valor do Salário Mínimo Nacional, no ano de 2019, quando essa etapa de construção de dados da pesquisa foi realizada, era de R\$998,00.

<sup>8</sup> As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que recebem o Seguro Defeso permanecem no Programa. Todavia, os benefícios do PBF são temporariamente suspensos durante o período de recebimento do Seguro Defeso.

Na comunidade de Porto Alegre, as políticas públicas de transferência de renda e de seguridade social são de grande importância para as famílias beneficiadas. Como visto, a principal política pública acessada pelas mulheres entrevistadas da comunidade é o Programa Bolsa Família, que se torna uma complementação de renda às atividades produtivas. Corroborando os dados apresentados acima, Araújo et al. (2017), em estudo com moradores da comunidade quilombola de Abacatal, identificaram que, dentre as 39 famílias entrevistadas, 94,9% eram assistidas pelo PBF. Nessa perspectiva, Conceição et al. (2014), em pesquisa na comunidade quilombola de São José do Icatu, sob domínio territorial do município de Mocajuba-PA, região do Baixo Tocantins, verificaram que, dentre 50 famílias residentes na comunidade, 44% eram beneficiadas pelo PBF. Estes estudos indicam a relevância que o Programa Bolsa Família apresenta para as mulheres quilombolas, especialmente as que residem no Estado do Pará. Um estudo de Lima e Peralta (2016) em duas Reservas de Uso Sustentável do Amazonas, Mamirauá e Amanã, onde examinam o impacto de

benefícios na economia doméstica de 920 domicílios dessas reservas, o alcance dos programas de transferência de renda na economia doméstica em ambas as reservas é expressivo. Cerca de 87% das famílias recebem algum tipo de benefício, sendo que os benefícios condicionados, como o Bolsa família, mostram um efeito positivo sobre a vidas das famílias mais carentes, que majoritariamente são as mais jovens e com filhos pequenos.

A aposentadoria rural, um benefício da Previdência Social, que garante ao/à trabalhador (a) assegurado (a) uma renda quando este (a) não puder mais trabalhar, também ganha destaque significativo na composição da renda dos núcleos familiares dessa comunidade. Entretanto, salienta-se que, simultaneamente aos benefícios sociais recebidos por essas mulheres e suas famílias, as atividades realizadas nos quintais, com o cultivo de diversas espécies vegetais e a criação de animais domésticos, contribuem substancialmente com a alimentação familiar, garantindo e aumentando a soberania e segurança alimentar de toda família (Figura 2). Em seu trabalho na região Oeste de Santa Catarina, Tecchio et al. (2019) também identificou a

contribuição para a segurança alimentar e nutricional da produção de alimentos nos

quintais, mesmo sendo em quantidades pequenas para famílias assistidas pelo PBF.

**Figura 2: Agricultora quilombola trabalhando e relatando experiências desenvolvidas em seu quintal na comunidade de Porto Alegre, Cametá, PA**



Fonte: Acervo de campo, 2019, Porto Alegre, Cametá, Pará.

Vale mencionar que o envolvimento dessas mulheres nos quintais articula-se diretamente com outra importante forma de trabalho na comunidade: a constituição das roças. Nesses espaços de trabalho, diversas atividades são desenvolvidas pelas agricultoras, como o plantio de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.), destinado à fabricação da farinha, e de outros cultivos como a pimenta do reino (*Piper nigrum*), o

acaí (*Euterpe oleracea* Mart.), laranja (*Citrus x aurantium* L.), melancia (*Citrullus lanatus*), abacaxi (*Ananas comosus* (L.) Merrill.) etc. Estes produtos geralmente são comercializados via atravessadores, em pontos de ônibus na cidade de Cametá.

A grande maioria dos quintais agroflorestais visitados (67%) é manejado unicamente pelas mulheres (Figura 3), 15% por elas e o marido, e 17% por todos da



casa. Em estudos como de Laranjeira et al. (2015), sobre os quintais agroflorestais do assentamento Jiboia, situado na zona rural do município de Senhor do Bonfim na Bahia, foram obtidos resultados semelhantes. Segundo esses autores, na maioria dos quintais (90%) trabalhavam somente as mulheres, sendo que o único quintal manejado por um homem pertencia a um agricultor solteiro. Tal fato demonstra a complexa inexistência de equilíbrio de

gênero e também indica uma divisão de trabalho existente no núcleo familiar. No levantamento etnobotânico realizado por Santos (2019) sobre o uso e os conhecimentos tradicionais de plantas medicinais em quintais na comunidade Mamangal, em Igarapé-Miri-PA, entre as 20 pessoas entrevistadas, somente um indivíduo do gênero masculino era responsável pelo quintal.

**Figura 3: Agricultora quilombola apreciando seu quintal, na comunidade de Porto Alegre, Cametá, Pará.**



Fonte: Acervo de campo, 2019, Porto Alegre, Cametá, Pará.

Por sua vez, Soares et al. (2016), estudando a manutenção de quintais florestais na comunidade Bela Vista, no estado do Mato Grosso, verificaram que as mulheres são responsáveis em 83,82% das unidades pelos cuidados desses espaços, o que deixa explícito a importância e a relação de pertencimento das mulheres com os quintais. Para Silva (2010), com base em sua pesquisa de caracterização florística e etnobotânica de quintais agroflorestais do Distrito do Carvão, em Mazagão, no Amapá, os cuidados nos quintais como plantio de espécies e tratamentos culturais como capina, limpeza de áreas e rega são predominantemente realizados pelas mulheres (55,32%), com (17,02%) os homens na responsabilidade e (14,89%) mulheres e homens atuando de forma equilibrada. Além disso, este autor afirma que o conhecimento entre os diferentes gêneros se difere de acordo com o tipo das espécies, sendo que as mulheres apresentam um conhecimento aprofundado e específico para ervas e arbustos enquanto os homens

para espécies arbóreas, arbustivas e rúpestras (encontradas pelos caminhos de roça).

No que se refere à implantação do conjunto das espécies vegetais, para 63% das entrevistadas, as mudas ou sementes foram obtidas principalmente por meio do contato com vizinhos e amigos da própria comunidade, e em 18% dos casos, algumas mudas e sementes foram compradas em Cametá. Ainda, segundo 19% das entrevistadas, foram adquiridas de outras formas, como, por exemplo, em curso ou minicurso dos quais as mulheres participaram realizados na comunidade, ou em outras vilas etc. Esses resultados estão em concordância com os dados obtidos no estudo de Florentino *et al.*, (2007), realizado no município de Caruaru, Nordeste brasileiro. Ressalta-se que na pesquisa realizada em Porto Alegre foram considerados quintais produtivos diversos aqueles que apresentaram mais de 20 espécies vegetais, dentre essas: frutíferas, medicinais, alimentícias e ornamentais (Figura 4).



**Figura 4: Quintal produtivo de uma agricultora da comunidade quilombola de Porto Alegre, Cametá-PA**



Fonte: Acervo de campo, 2019, Porto Alegre, Cametá, Pará.

Foram encontradas diversas espécies de plantas nos quintais agroflorestais, totalizando 341 espécies, com 96 espécies vegetais diferentes, que abarcam plantas alimentícias, ornamentais

e, principalmente, frutíferas e medicinais. As espécies que mais apareceram em todos os arranjos de quintais produtivos visitados podem ser visualizadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Espécies de frutíferas (Fr), medicinais (Me), alimentares (Al) e ornamentais (Or) mais cultivadas nos vinte quintais agroflorestais visitados

Nome popular	Nome científico	
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i> Mart.	Fr
Laranja	<i>Citrus x aurantium</i> L.	Fr
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i> (Willd.ex Spreng.) K.Schum.	Fr
Coco	<i>Cocos nucifera</i> L.	Fr
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz.	Fr
Cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.	Fr
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i> Kunth.	Fr
Limão	<i>Citrus limonum</i> Risso	Fr
Abacate	<i>Persea americana</i> Mill.	Fr
Melancia	<i>Citrullus lanatus</i>	Fr
Pimenta do reino	<i>Piper nigrum</i> L.	Fr
Café	<i>Coffea arabica</i> L.	Fr
Pepino	<i>Cucumis sativus</i> L.	Fr
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merril.	Fr
Mangueira	<i>Mangifera indica</i> L.	Fr
Urtiga	<i>Plectranthus amboinicus</i> (Lour.) Spreng.	Me
Hortelã	<i>Mentha X villosa</i> Huds.	Me
Pirarucu branco	<i>Kalanchoe pinnata</i> (Lam.) Pers	Me
Alfavacão	<i>Ocimum gratissimum</i> L.	Me
Confrei	<i>Symphytum officinale</i> L.	Me
Boldo	<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	Me
Babosa	<i>Aloe vera</i> (L.) Burm f.	Me
Amocrecido	<i>Portulaca pilosa</i> L.	Me
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Me
Erva cidreira	<i>Lippia alba</i> (Mill.) N. E. Br.	Me
Terramicina	<i>Alternanthera brasiliensis</i> (L.) Kuntze.	Me
Vergamota	<i>Mentha aquatica</i> L.	Me
Japana	<i>Ayapana triplinervis</i> (M.Vahl) R.M.King & H.Rob.	Me
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> Roscoe.	Me
Pariri	<i>Fridericia chica</i> (Humb. & Bonpl.) L.G. Lohman.	Me
João Gomes	<i>Talinum triangulare</i> (Jacq.) Willd.	Al
Manjeriço	<i>Ocimum minimum</i> L.	Al
Cebolhinha	<i>Allium fistulosum</i> L.	Al
Chicória	<i>Eryngium foetidum</i> L.	Al
Favaca	<i>Ocimum campechianum</i> Mill.	Al
Jasmim	<i>Ixora coccinea</i>	Or
Pampolha	-	Or
Cama de menino	Não identificado	Or
Roseira	-	Or

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Dentre as principais espécies vegetais encontradas nos quintais, o açaí se destaca em todos os arranjos, comprovando ser uma espécie que faz parte da dieta alimentar de grande parcela da população paraense, em especial dos povos

ribeirinhos, que ainda o exploram na forma de coleta extrativista (SILVA et al, 2006) e manejam os açaizais nativos visando o aumento da produtividade, principalmente ao redor das residências (ARAÚJO; ALVES, 2016). Na Comunidade de Porto Alegre, a utilização do açaí se dá principalmente para seu consumo em forma de suco (batido), geralmente acompanhado pela farinha de mandioca, fabricada pelos próprios agricultores e agricultoras, e complementando as refeições. Também ocorre a comercialização *in natura* do fruto e em forma de suco, contribuindo assim, com a renda dessas famílias.

Além do açaí, espécies como a laranja, cupuaçu, coco e mandioca, são muito frequentes nos quintais da comunidade. São comercializados por algumas mulheres, *in natura* (laranja, cupuaçu e coco), e também estão presentes na realização de diversas iguarias como geleias e doces em geral. No que se refere especificamente à mandioca, esta é extraída do solo, descascada, cozida e consumida,

principalmente acompanhada de café ou ainda servindo de massa para salgados, como coxinha, e de doces, como bolo. Além dessas espécies, as plantas medicinais destacam-se nos arranjos dos quintais produtivos, sendo que as mais encontradas são: babosa, boldo, o pirarucu branco, o mastruz. Essas plantas medicinais são usadas para o tratamento de uma série de enfermidades como: diarreia, problemas no estômago, resfriados, dores de cabeça e garganta, que, por vezes, acometem as agricultoras e seus familiares.

Quanto às principais finalidades desses quintais, 59% das entrevistadas informaram que estes são voltados majoritariamente ao autoconsumo da família, 29% usam para tratamentos medicinais e 12% das agricultoras complementam a renda familiar com a comercialização de alimentos. Esses dados possibilitam a afirmação de que a produção nos quintais possui papel importante na garantia de segurança alimentar e nutricional<sup>9</sup> para estas famílias, com

---

<sup>9</sup> De acordo com a Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006 no Art 3º a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base

práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Enquanto a soberania alimentar consiste no direito de cada país definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção.

produção de alimentos diversificados durante o ano todo e livres de agrotóxicos, contribuindo significativamente com a nutrição saudável das mulheres da comunidade de Porto Alegre e de seus familiares.

Dados semelhantes a estes foram encontrados por Rosa et. al. (2007), na região do Nordeste Paraense. Nessa pesquisa, na qual a segurança alimentar é uma característica marcante de potencialidade dos quintais analisados, foi constatado que 68,4% das espécies eram utilizadas na alimentação, sendo destas 51,3% frutíferas, 14,5% medicinais e 13,2%, madeireiras. De forma análoga, Soares et al. (2016), ao realizarem estudos na comunidade Bela Vista, no estado do Mato Grosso, com agricultores familiares, constataram a presença relevante de espécies vegetais, em quintais produtivos, voltadas à alimentação e ao uso medicinal. Miranda et al. (2013), em sua investigação sobre a caracterização de quintais agroflorestais com agricultores familiares do Baixo Irituia, Pará, identificaram em 18 quintais estudados 125 espécies de plantas e 5 espécies animais, sendo 70 plantas alimentícias (dentre essas uma diversidade

de frutíferas, hortaliças, além de mandioca, arroz e milho); 31 espécies madeireiras e 7 plantas ornamentais. Já Veiga e Scudeller (2011) identificaram em uma comunidade ribeirinha São João do Tupé no Baixo Rio Negro, Amazonas, 144 etnoespécies categorizadas em (62,3%) medicinais, (37,7%) frutíferas e (11,4%) hortaliças. Sendo que destas, 13 espécies são citadas em duas categorias ao mesmo tempo, como a alfava (*Ocimum gratissimum* L.), consistindo em medicinal e hortaliça, e a manga (*Mangifera indica* L.), como medicinal e frutífera.

Para Santos et al (2019), o cultivo de plantas medicinais em ambientes produtivos como os quintais faz parte da cultura, dos costumes e da forma como cada família se estabelece em uma determinada localidade. Para Guedes (2018), as plantas medicinais integram práticas de cura para os povos e comunidade tradicionais advindo de práticas e saberes diferenciados fundamentados a partir da luta pela sobrevivência em seu cotidiano. Essas práticas de cura direcionam para enfermidades físicas quanto para doenças ligadas ao transcendental.

Na comunidade de Porto Alegre, o cultivo das plantas medicinais é sagrado, ou seja, faz parte da tradição cultural dessas famílias cultivar essas plantas e utilizá-las no tratamento de enfermidades. Em todos os quintais visitados, foi encontrada uma rica diversidade de espécies para essa finalidade. Para alocar essas plantas, geralmente, é construída uma espécie de jirau suspenso nos quintais (Figura 5), próximo à cozinha. Também são reutilizados baldes, latas, bacias, que seriam descartados, para esse fim.

Para Oakley (2004) essa tradição cultural de cultivo de espécies nos quintais faz parte de um legado cultural e de um compromisso em conservar as variedades locais evidenciando, sobretudo das mulheres, uma responsabilidade econômica, agroecológica e cultural. Para

Peixoto e Silveira (2016) esse espaço de cultivo e interação com os quintais se caracteriza como um microcosmo de infinitas simbologias, um espaço sensível e místico, no qual as mulheres desenvolvem suas práticas em conexão com a natureza. Dialogando com os autores citados acima, para as mulheres da comunidade de Porto Alegre, a prática de cultivo nos quintais é repassada pelas gerações de cada família, com a qual se tem o primeiro contato ainda criança, quando desenvolvem brincadeiras nestes espaços ou colaboram com suas mães nas tarefas diárias com os quintais. Se torna tradição para a maioria das mulheres da comunidade cultivar plantas que contribuem com a alimentação diária da família e que também são fonte de renda quando comercializadas.



**Figura 5: Jirau suspenso com plantas medicinais presente no quintal agroflorestal da comunidade de Porto Alegre, Cametá, PA**



Fonte: Acervo de campo, 2019, Porto Alegre, Cametá, Pará.

Além das plantas, nos quintais também foram observadas a criação principalmente de animais de pequeno porte, que é um hábito muito frequente em comunidades rurais como as quilombolas. Nesses espaços, a criação de galinhas, seguida da criação de pato e bovino apresentam importância. No que concerne às galinhas, geralmente, essas são criadas ao ar livre ou em galinheiros (Figura 6) e, além de serem destinadas ao consumo da

própria família, em alguns casos, elas são comercializadas para obtenção de renda.

Pautando-se nos resultados encontrados nessa pesquisa, é possível inferir que é de suma relevância o papel e a atuação feminina, não somente nas atividades domésticas, mas, para além, nos quintais agroflorestais ou produtivos da Comunidade Quilombola de Porto Alegre. Mesmo ainda invisibilizado, o trabalho das mulheres, nesse contexto, se mostra

preponderante para que as dinâmicas diárias do cotidiano rural e a propagação das práticas e saberes agroecológicos ocorram.

**Figura 6: Local de criação de galinhas pelas agricultoras da comunidade de Porto Alegre, Cametá-PA**



Fonte: Acervo de campo, 2019, Porto Alegre, Cametá, Pará.

Vale destacar que, nesses quintais, o sistema de produção constitui-se em bases ecológicas que se diferenciam de um modelo de agricultura convencional, o qual faz uso de agroquímicos e depende de recursos naturais não renováveis, portanto, insustentável e incapaz de perdurar através do tempo (MEDEIROS, 2017). As práticas vinculadas àquele sistema parecem

fortalecer nessas agricultoras o equilíbrio entre diversos fatores, que abrangem desde o respeito com suas criações animais e preocupação em não gerar desperdícios, reaproveitando ao máximo o material que sobra de suas atividades, buscando uma melhor qualidade de vida para os dias atuais e futuros (MEDEIROS, 2017).



Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pelas mulheres nos quintais se mostra relevante para toda a comunidade, nos diversos aspectos, econômico, cultural, ambiental e social, tendo em vista a capacidade de geração de renda com a comercialização dos produtos, mantendo os costumes voltados para o contato das mulheres com esses espaços; a preservação

das plantas presentes, com a tradição de se plantar uma variedade de espécies, em sua maioria sem a utilização de produtos químicos. Além de que, os quintais têm maior proximidade com a casa, e que por isso também se torna um ambiente de convívio social, de encontro entre famílias, e de conversas e trocas de experiências entre as agricultoras quilombolas.

#### 4. CONCLUSÕES

Na comunidade de Porto Alegre, os quintais agroflorestais possuem extrema relevância, sobretudo por estarem atrelados à cultura e história, relacionando diretamente as mulheres à natureza. Com base nos dados coletados, pode-se verificar que os hábitos alimentares das famílias quilombolas também são determinantes na composição desses quintais. As frutas, tubérculos, aves, peixes, ou seja, alimentos oriundos, majoritariamente, desses quintais, se mostram significativamente relevantes nas refeições quilombolas. Para essa comunidade, os quintais se tornam, não somente meios de obtenção de alimentos para o consumo diário das famílias, como também de plantas medicinais, usadas para tratamento de inúmeras enfermidades,

como espaço de lazer, onde as famílias se encontram para conversar, organizar pequenas festas, entre outros. Ademais, em Porto Alegre, também é dos quintais produtivos que algumas mulheres conseguem obter uma renda extra com a venda de produtos dali retirados, já que são elas as principais responsáveis pela manutenção e produção nesses espaços.

Atreladas à garantia de segurança alimentar e nutricional e de renda proveniente desses quintais estão algumas políticas públicas governamentais, que, acessadas pelas mulheres entrevistadas, possuem papel importante na complementação de estratégias de desenvolvimento dessas famílias. Para as mulheres quilombolas de Porto Alegre,

dentre tais políticas destacam-se o Programa Bolsa Família, por abranger um maior número de mulheres, seguido de aposentadoria rural e do seguro defeso.

A partir da diversidade de espécies vegetais encontradas nos quintais, incluindo frutíferas, medicinais e alimentícias, afirma-se que os quintais são espaços diversos, dinâmicos e importantes para as famílias quilombolas. Inclusive no concernente à complementação da renda familiar, por meio da comercialização dos ‘frutos’ desses espaços, e, consecutivamente, à resistência e construção de autonomia feminina. Os dados possibilitam a afirmação de que nos quintais são produzidos alimentos

diversificados durante o ano todo, além de serem livres de defensivos químicos, contribuindo significativamente com a nutrição saudável das mulheres da comunidade de Porto Alegre, de seus familiares e, quando chegam aos mercados da cidade de Cametá, até mesmo aos consumidores do contexto urbano.

O presente estudo apresenta janelas de oportunidade para o desenvolvimento de futuras pesquisas, tendo em vista o aprofundamento sobre o meio rural em questão, com destaque para os quintais produtivos, seus componentes, importância e relação com as mulheres quilombolas principalmente às da região do Baixo Tocantins.

### Agradecimentos

Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio financeiro concedido à realização de pesquisa de campo, por meio do projeto “Tecnologia e Inovação Social na Amazônia Oriental: articulando produção e sustentabilidade na consolidação da agricultura familiar quilombola”, aprovado na chamada CNPq/MCTIC/MDS no 36/2018 - Tecnologia Social. À Pró-Reitoria de Extensão da UFPA, a qual financiou uma bolsa de extensão vinculada ao projeto aprovado na chamada CNPq e à Pró-Reitoria de Pesquisa, a qual financiou uma bolsa de iniciação científica também vinculada ao projeto CNPq.

## 5. REFERÊNCIAS

- AMARAL, C. N. **Multifuncionalidade e etnoecologia dos quintais de agricultores tradicionais da baixada cuiabana:** agrobiodiversidade e segurança alimentar. 270 f. 2014. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. 2014.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante.** Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ARAÚJO, C. T. D. NAVEGANTES-ALVES, Lívia de Freitas. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaí (*Euterpe oleraceae* Mart.) no estuário amazônico: perda de diversidade florística e riscos do monocultivo. **REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA**, v. 10, n. 1, 2015.
- ARAÚJO, A. S.; ANJOS, D. R.; SILVA, R. S.; SANTOS, M. A. S.; MARTINS, C. M.; ALMEIDA, R. H. C. Análise socioeconômica de agricultores da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, estado do Pará, Brasil. **Biota Amazônia (Biote Amazonie, Biota Amazonia, Amazonian Biota)**, v. 7, n. 1, p. 30-37, 2017.
- BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006.
- BRITO, M. A.; COELHO, M. F. B. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais unidades autosustentáveis: **Revisão Agricultura Tropical**, v.4, n.1. 2000.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v 12, n. 1, p. 205-227, janeiro-abril/2004.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Kühner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CONCEIÇÃO, S. S.; SOUZA, D. B.; SANTOS, A. Y.; CONCEIÇÃO, S. S.; RODRIGUES, A. C. T. O quilombo de São José de Icatu: práticas agrícolas e estratégias de reprodução e manutenção familiar no campo. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 10, n. 19; p. 1367, 2014.
- CORDEIRO, R. de L. M.; SCOTT, R. P. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Rev. Estud. Fem.** vol.15 no.2 Florianópolis May/Aug. 2007
- GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil.** Editora Companhia das Letras, 2015.
- DURÃO, G. L. H. Etnobotânica de plantas medicinais na comunidade quilombola de Porto Alegre (Cametá, PA). Cametá-PA, 2019. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Agronomia) – Campus Universitário do Tocantins / Cametá, Universidade Federal do Pará.

FLORENTINO, A. T. N.; ARAÚJO, E. L.; ALBUQUERQUE, U. P. Contribuição de quintais agroflorestais na conservação de plantas da Caatinga, Município de Caruaru, PE, Brasil. **Acta botânica brasílica**, v. 21, n. 1, p. 37-47, 2007.

GUEDES, A. **Mulheres quilombolas e uso de plantas medicinais: práticas de cura em Santa Rita de Barreira/PA**. 199 f. 2018 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

BUTTO et al. **Mulheres rurais e Autonomia Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário – 2006*: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro. 2006.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário – 2010*.  
ITERPA. Quilombolas. 2020. Disponível em:  
<http://www.iterpa.pa.gov.br/content/quilombolas-0>. Acesso em: 26 maio 2020.

LARANJEIRA, D. B. S.; MAGALHÃES, T. S. S.; SOUZA, D. A.; SIMAS, K. S.; LARANJEIRA, L. S. Quintais agroflorestais: Uma iniciativa de convivência com o semiárido. **Enciclopédia Biosfera, Centro**

**Científico Conhecer, Goiânia**, v. 11, n. 20, p. 134, 2015.

LIMA, D. M.; PERALTA, N. Programas de transferência de renda em duas Unidades de Conservação na Amazônia brasileira e Sustentabilidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 2, 2016.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa et al. Transformações sociais e territoriais no ambiente rural da Amazônia Oriental. **ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS**, v. 6, 2012.

MEDEIROS, M. **Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

MIRANDA, S. B. **Contribuição de Quintais Agroflorestais para a Segurança Alimentar de Agricultores Familiares no Baixo Irituia, Nordeste Paraense**. 104f. 2011. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável, 2011.

MIRANDA, S.; KATO, O; SABLAYROLLES, M. G. Caracterização e importância dos quintais agroflorestais aos agricultores familiares do Baixo Irituia, Pará. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

NOBRE, M.; HORA, K. **Atlas de las mujeres rurales de américa latina y el caribe: "Al tiempo de la vida y los hechos"**. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, Santiago de Chile, 2017.

KUMAR, B. M.; NAIR, P. R. The enigma of tropical homegardens: New visitas in Agroforestry. **Agroforestry Systems** v. 61, p. 135–152, 2004.

PEIXOTO, L. B. L.; SILVEIRA, F. L. A.; Dentre plantas e mulheres: a porta de entrada do universo místico e poético que envolve mulheres em Salvaterra. **Nova Revista Amazônica**, v. 4, n. 1, p. 2016.

OAKLEY, E. Quintais domésticos: uma responsabilidade cultural. **Agriculturas**, v.1, n.1, 2004.

PINTO, B. C. M. **Filhas das matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. Belém: Açaí 2010.

PINTO, B. C. M. Samba de Cacete: ecos de tambores africanos na Amazônia Tocantina. In: Sonora Brasil (Org), **Tambores e Batuques: Circuito 2013-2014**, Rio de Janeiro: Sesc, departamento Nacional, 2013, p. 28-37.

PONTES, M. C. C. L.; STEWARD, A. M. Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 186-207, 2020.

ROSA, L. S.; SILVEIRA, E. L.; SANTOS, M. M.; MODESTO, R. S.; PEROTE, J. R. S.; VIERA, T. A. Os quintais agroflorestais em áreas de agricultores familiares no município de Bragança-PA: composição florística, uso de espécies e divisão de trabalho familiar. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, p. 337-341, 2007.

SANTOS, E. Q. **Etnoconhecimento de plantas medicinais cultivadas em quintais na comunidade Mamangal Grande, Rio Meruú, Igarapé-Miri, Pará**.

31f. 2019. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará, 2019.

SANTOS, S. M., CORREA, S. E., SHINAIGGER, T. Diagnostico socioambiental e econômico dos quintais produtivos para agricultura familiar na Amazônia: estudo de caso em Fordlândia, Aveiro (PA) **Nature and Conservation**, v.12, n.1, p.46-54, 2019.

SOARES, S. M. Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o seguro-defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da Várzea. 2012.

SOARES, R. K.; FERREIRA, S. E. E.; JUNIOR, S. S.; NEVES, S. A.; NATÁLIA, M. S.; PROCÓPIO, C. N. C. Atuação das mulheres no manejo de quintais agroflorestais no município de Vale de São Domingos-MT. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 10, 2016, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: [s.e.], 2016.

SILVA, R. B. L. **Diversidade, uso e manejo de quintais agroflorestais no Distrito do Carvão, Mazagão-AP, Brasil**. 297 f. 2010. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará. 2010.

SILVA, C. W.; TAVARES, F. B.; COPETTI, L. D. Feiras de economia solidária e mercados locais da agricultura familiar no Baixo Tocantins (PARÁ). **RTPS-Revista trabalho, política e sociedade**, v. 3, n. 4, p. 235-264, 2018.

SILVA, I. M.; SANTANA, A. C.; REIS, M. S.; Análise de retornos sociais oriundos de adoção tecnológica na cultura do açaí do

estado do Pará. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v. 2, n. 3, jul/dez.2006.

TECCHIO, A. **Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado (SC)**. 2017. 289 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A.; SABOURIN, E; CORTES, G. Estratégias alimentares de famílias pobres no Oeste de Santa Catarina. **Redes: Revista de Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 3, p. 217-240. 2019.

VEIGA, J. B.; SCUDELLER, V. V.; Quintais agroflorestais da comunidade ribeirinha São João do Tupé no baixo rio Negro, Amazonas. In: (Orgs) SANTOS-SILVA, Edinaldo Nelson; CAVALCANTI, Mauro José; SCUDELLER, Veridiana Vizoni. **BioTupé: Meio Físico, Diversidade**

Biológica e Sociocultural do Baixo Rio Negro, Amazônia Central, Manaus, 2011, p. 523-543.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WINKLERPRINS, A. M. G. A.; SOUZA, P. S. de. Surviving the City: Urban Home Gardens and the Economy of Affection in the Brazilian Amazon. **Journal of Latin American Geography**, v. 4, n. 1, p. 107-126, 2005.

ZANNETI, C.; MENASHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASHE, R. **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.